

# política

## Piratini reúne deputados para alinhar votações

Governo chamou membros de todas as bancada para definir calendário

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Bolívar Cavalari  
bolivarc@jcrs.com.br

Deputados estaduais e representantes de todas as bancadas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foram chamados para reuniões nesta segunda-feira com o secretário-chefe da Casa Civil, Ranolfo Vieira Júnior. O objetivo do Piratini com os encontros é ajustar junto aos parlamentares um calendário para votação de oito projetos do Executivo atualmente em tramitação na casa legislativa.

Dos oito projetos, quatro estão previstos para irem a votação na sessão ordinária desta terça-feira - além destes, podem entrar na ordem do dia outros 22 textos de origem parlamentar -, mas a definição de quais matérias serão apreciadas ocorre oficialmente no período da manhã, durante reunião de líderes de bancadas.

Os projetos do Executivo tratam de diversos assuntos, sendo dois relativos à proteção contra desastres no Rio Grande do Sul, tendo em vista a preocupação do governo com o El Niño neste ano, que, conforme projeções, pode causar danos ao Estado. Um dos projetos é da criação de uma Secretaria de Proteção e Defesa Civil e outra matéria é de contratação de operação de até US\$ 332 milhões (cerca de R\$ 1,706 bilhão, a custo de hoje) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de um "Crédito



Executivo tem oito projetos em tramitação no Parlamento gaúcho

Contingente para Desastres Naturais e Emergências de Saúde Pública". Nenhum destes dois projetos está na pauta desta semana.

Há outro projeto de contratação de operação de crédito junto ao BID, mas este segundo prevê o financiamento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 616,6 milhões a custo de hoje).

O governo realizou três reuniões nesta terça para tratar do calendário de votações na Assembleia. Começou com a base aliada, seguida por um encontro com o bloco de oposição à direita e, por fim, com a bancada de oposição à esquerda. Até o fechamento desta edição as tratativas ainda estavam ocorrendo, sem encaminhamentos apontados pela Casa Civil.

Além dos projetos de proteção e de operações de crédito,

estão tramitando duas propostas relativas a planos de carreira e empregos, sendo uma para trabalhadores da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Fospa) e outra para funcionários da Fundação Teatro São Pedro. Ainda há um projeto que trata da adesão do Estado à cooperação financeira do Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis e outro que faz alterações no Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (Peate/RS).

Por fim, a Assembleia precisa pautar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 antes do recesso parlamentar, que inicia em 18 de julho. Por força da legislação, o governo precisa aprovar a matéria antes desta data. A peça apresentada pelo governo prevê déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões no ano que vem.

## Juízes flexibilizam férias para terem 6 meses de folga

/ PODER JUDICIÁRIO

Já beneficiados por 60 dias de férias por ano, juízes e integrantes do Ministério Público flexibilizarão regras para parcelamento do período de descanso de modo a poderem folgar seis meses por ano - número que pode ser ampliado por outras licenças criadas. A mudança também permite elevar o pagamento de indenizações sem abrir mão de períodos longos de descanso.

O benefício contrasta com o de trabalhadores da iniciativa privada. Um empregado na escala 6x1,

que o Congresso discute proibir por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), tem 78 dias de folga por ano. Já um juiz federal ou procurador pode ficar 178 dias sem trabalhar - 128% a mais. Um funcionário ou servidor na jornada 5x2 tem 124 dias de descanso anuais.

A conta, feita pela Folha, não considera feriados, que variam ano a ano, e licenças que podem ampliar os dias não trabalhados de magistrados e procuradores. Organizações que fiscalizam o Judiciário e o Ministério Público apontam o risco de que o uso de folgas seja intensificado após o Supremo Tri-

bunal Federal (STF) limitar o pagamento de pendurcalhos dessas carreiras a R\$ 33 mil por mês, para além do salário.

"Há receio de que façam uma interpretação muito específica, de deixar de pagar a licença compensatória em pecúnia e transformar em descanso. É quase como se você tivesse uma greve, uma operação tartaruga, com o usufruto máximo dos privilégios de descanso dessas carreiras para compensar uma perda financeira", afirma o coordenador de projetos da Transparência Brasil, Cristiano Pavini.

## População poderá fazer sugestões por QR Code aos serviços de saúde

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz  
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre aprovou na última quinta-feira um projeto de lei que inclui o QR Code como um meio de encaminhamento de sugestões e reclamações sobre o serviço de saúde pública da cidade.

A proposta, de autoria do vereador José Freitas (Republicanos), também insere a necessidade de divulgação dos serviços e dos profissionais especializados disponíveis para atendimento nas unidades de saúde da rede de atenção básica do município.

As informações e o QR Code

devem constar no site da Secretaria Municipal de Saúde e em placa na área externa da unidade de saúde, que conterá também os contatos telefônicos dos serviços de ouvidoria do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Saúde e do Município de Porto Alegre.

A menos de um mês do recesso, que acontece de 17 a 31 de julho, o ritmo de votações no plenário está mais lento. A sessão desta segunda-feira contou apenas com o período de Tribuna Popular, ocupado pela Associação Gaúcha de Powerlifting, e com os períodos de comunicação e de liderança. Os líderes acordaram por não entrarem na ordem do dia e retomarem as votações na sessão de quarta-feira.

## Último dia de inscrições para concurso público na Capital

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

O Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa) publicou o edital de abertura de concurso público para o provimento de cargos de administrador, assistente social, cirurgião-dentista, fonoaudiólogo e psicólogo, além da formação de cadastro reserva. As inscrições estarão abertas até as 17h desta terça-feira, e deverão ser realizadas exclusivamente pelo site da Fundação La Salle.

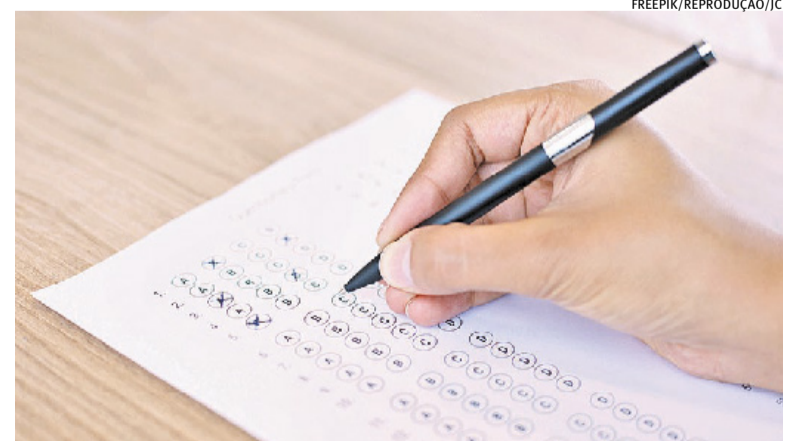
O concurso terá validade de dois anos, a contar da publicação do edital de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Município de Porto Alegre. A aplicação das provas objetiva e discursiva está prevista para o dia 23 de agosto. O processo seletivo será composto por duas etapas, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

A prova objetiva contará

com 60 questões de conhecimentos específicos, língua portuguesa, legislação, raciocínio lógico e informática.

Para carga horária de 40 horas semanais, com regime de dedicação exclusiva e gratificação de incentivo técnico (GIT), o vencimento será de R\$ 9.067,19, já incluído o vale-alimentação de R\$ 800,00. Outras gratificações poderão ser acrescentadas conforme a legislação vigente e o órgão de lotação do servidor. Vale-transporte e plano de saúde são facultativos e subsidiados.

O atendimento aos candidatos na sede da Fundação La Salle ocorre de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h. Os contatos podem ser feitos presencialmente na avenida Getúlio Vargas, 5558, sala 105, Centro, em Canoas, pelos telefones (51) 3031-3169 e (51) 3031-3170, ou pelo e-mail selecao@fundacaolasalle.org.br.



Prova objetiva contará com 60 questões e deve ser aplicada em agosto